

## Ressentimento e guerra cultural no populismo de extrema direita: tensões morais e fronteiras de antagonismo

*Resentment and war culture in far-right populism: moral tensions and boundaries of antagonism*

### Leandro R. Lage

Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCOM-UFPA). Doutor em Comunicação pela UFMG. Coordenador do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Estética e Política (Cepolis/CNPq). E-mail: [leandrolage@ufpa.br](mailto:leandrolage@ufpa.br).

### Luiziane Silva Saraiva

Doutoranda em Comunicação, Cultura e Amazônia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora Assistente do Departamento de Comunicação Social da UFMA. É líder do grupo de pesquisa Relações Públicas Internacionais e Mercados Emergentes: estudos de culturas globais, negócios e relações de trabalhos nas organizações (C3PR) CNPq. E-mail: [luiziane.saraiva@ufma.br](mailto:luiziane.saraiva@ufma.br).

### RESUMO

O artigo busca reivindicar a relevância dos afetos políticos para a compreensão do bolsonarismo, tomado como fenômeno populista de extrema direita. Parte-se da premissa de que o governo de Jair Bolsonaro instituiu uma política do ressentimento fortemente articulada a uma guerra cultural. Nesse sentido, investiga-se alguns traços fundamentais do populismo, define-se a ideia de política do ressentimento e discute-se algumas das tensões morais e condições de emergência da política ressentida praticada por Bolsonaro. Por fim, observa-se a práxis discursiva dessa atuação no perfil do presidente da República no *Twitter*, uma das principais plataformas de visibilidade do chefe do Executivo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Populismo; Ressentimento; Guerra Cultural; Jair Bolsonaro.

### ABSTRACT

The article seeks to claim the relevance of political affections for the understanding of Bolsonaroism, taken as a populist phenomenon of the extreme right. It starts from the premise that the government of Jair Bolsonaro institutes a politics of resentment strongly articulated to a cultural war. In this sense, we investigate some fundamental features of populism, define the idea of politics of resentment, and discuss some of the moral tensions and conditions of emergence of the resentful politics practiced by Bolsonaro. Finally, we observe the discursive praxis

of this performance in the profile of the President of the Republic on *Twitter*, one of the main platforms of visibility of the Chief Executive.

**KEYWORDS:** *Populism; Resentment; Cultural War; Jair Bolsonaro*

Submetido em 09 de Junho de 2021

Aceito em 14 de Setembro de 2021

## Introdução

A história política recente do Brasil pode ser contada, em boa parte, sob o prisma dos afetos, das paixões políticas. Da esperança depositada nos primeiros governos do Partido dos Trabalhadores (PT), desde 2002, à mobilização da desconfiança em torno das denúncias de corrupção, a partir de 2005; da atmosfera de descontentamento nos protestos de 2013 à escalada do ressentimento que culminou no golpe de 2016; da exacerbação do ódio ressentido na campanha presidencial de 2018 à tristeza crescente após a chegada da extrema direita ao poder. A essa maneira de recontar a história, que certamente recorre a generalizações, é necessário agregar outras dimensões relevantes para a emergência dessa constelação afetiva, como a ascensão da doutrina liberalista, a força do conservadorismo cristão, a reciclagem do discurso anticomunista, a persistência das elites na busca por distinções sociais, entre outras variáveis determinantes para o resultado atual de nossa equação política.

O contexto histórico das últimas duas décadas foi acompanhado de perto pelas Ciências Sociais e Políticas, que nem sempre tiveram êxito em entender os cenários de crise que vinham se desenhando e diagnosticar as crescentes ameaças à democracia. É sintomático, portanto, que intelectuais dessas áreas de conhecimento coloquem em questão algumas das ferramentas teóricas e analíticas utilizadas para a compreensão das transformações de processos políticos e de organização de poder, tais como a queda de popularidade do governo de Dilma Rousseff que culminou no golpe jurídico-parlamentar de 2016 e a ascensão do

populismo de extrema direita representada por Jair Bolsonaro, seus empresários, religiosos e militares (Miguel, 2017; Avritzer, 2020).

Nossa primeira proposição, de ordem epistemológica, é a de que temos levado pouco a sério o protagonismo político dos afetos na leitura desses cenários. Em nome da pretensão de cientificidade, as sensibilidades vêm sendo expurgadas do pensamento político, como se constituíssem componentes estranhos ou menos importantes em comparação com as racionalidades políticas (Ansart, 2000). Entretanto, na longa história das Humanidades, as paixões são consideradas componentes importantes – nem sempre centrais, mas com frequências relevantes – para a compreensão da experiência histórica. Diante de um cenário de polarizações políticas acirradas, com consequências graves para o funcionamento das instituições democráticas e para a manutenção da solidariedade social, é ainda mais decisivo que as paixões políticas sejam interpretadas não como sintomas de fraqueza, passividade ou falta de racionalidade, e sim como práticas sociais e culturais subjacentes aos processos políticos (Ahmed, 2014; Cohen, 2019).

A segunda proposição, de caráter histórico, remete à constatação de que estaríamos vivenciando o triunfo de um populismo ressentido de extrema direita (Fassin, 2019; Miguel, 2018; Brown, 2019). Um populismo marcado pelas formas elementares desse fenômeno: do apelo à soberania popular à retórica antielitista, do recurso à vontade geral à construção de fronteiras de antagonismo (Mudde, Kaltwasser, 2017). Mas também um populismo ancorado no ressentimento do homem branco, conservador, judaico-cristão, ufanista, de extrema direita; um populismo elitista e anti-igualitário, nostálgico de uma moralidade perdida, vingativo contra seus inimigos declarados, desinibido em sua vontade de poder (Brown, 2019). Todo esse ressentimento é canalizado, estrategicamente, em uma máquina política (institucional, discursiva, cibernética) agenciadora de outra constelação de afetos: tristeza, frustração, medo, angústia, raiva (Lazzarato, 2019).

Nossa terceira proposição joga luz sobre a dimensão cultural das tensões políticas próprias do contexto brasileiro, a partir da percepção de que experimentamos uma forma de "guerra cultural". Utilizada para compreender um

realinhamento histórico dos paradigmas culturais e morais da sociedade estadunidense na segunda metade do século passado, a hipótese da guerra cultural nos ajuda a situar os conflitos e antagonismos políticos no terreno das disputas públicas em torno de sentidos, discursos, crenças, ideologias, mitos e sistemas de valores que estruturam a vida social (Hunter, 2006). Assumir a pertinência dessa tese significa, basicamente, constatar a relevância das visões morais contraditórias na exploração política de tensões e crises que, ao mobilizarem afetos como o ressentimento na competição por capital político, têm tensionado o projeto democrático.

Busca-se, portanto, reivindicar a relevância dos afetos como prisma a partir do qual os fenômenos políticos, em especial os populistas, podem ser compreendidos. Nesse sentido, propõe-se entender o bolsonarismo como uma política do ressentimento ancorada em uma guerra cultural. Para isso, será necessário observar a práxis discursiva dessa política do ressentimento no *Twitter*, uma das principais plataformas de atuação política do presidente Jair Bolsonaro. Esse percurso analítico tem por pressuposto a existência prática, discursiva e retórica dos afetos políticos, bem como de sua natureza fundamentalmente cultural e histórica. Quais as características dessa política do ressentimento? Quais suas estratégias discursivas? Como constrói seus apelos afetivos? Como essa política se entrincheira no terreno das batalhas morais e culturais?

### **1. Do populismo neoliberal ao ressentimento**

É significativo que Lazzarato (2019) oponha o termo fascismo ao conceito de populismo para designar as estratégias políticas neoliberais representadas pela chegada de líderes como Donald Trump e Jair Bolsonaro ao poder. Populismo seria uma espécie de subterfúgio conceitual para nomear uma forma renovada do fascismo histórico: o neofascismo, o ciberfascismo. Enquanto o populismo remete a uma espécie de lógica política ainda pertencente a um horizonte democrático, o fascismo significa uma ruptura, embora nem sempre explícita. Para Lazzarato (2019), o novo fascismo é ultraliberal, favorável ao mercado, à exploração, mas

também ao Estado repressor. Aceita rituais da democracia, pois precisa das eleições e de outras instituições para legitimar seu poder, mas rejeita oposições e ideais igualitários. Privilegia a defesa da propriedade e do domínio dos meios de produção acima de quaisquer outros valores, incluindo-se o da vida. Adota um racismo "cultural", de fundo elitista, religioso, xenofóbico e etnocida; e um sexismo obsessivo contra as demandas feministas e dissidências de gênero.

A rejeição de Lazzarato (2019) ao conceito de populismo explica-se, em parte, pela instrumentalização histórica dessa noção em tom de reprovação às estratégias políticas de governos de esquerda para conquistar apoio popular. Por um lado, como o próprio autor demarca, sabemos que a lógica populista não é prerrogativa de governos de esquerda, a exemplo dos governos de Orbán, na Hungria, de Berlusconi, na Itália, e de Erdogan, na Turquia. Por outro lado, também sabemos que o neoliberalismo se adequa com versatilidade a qualquer regime de poder ou sistema político, a exemplo da China, da Rússia e da própria história dos regimes fascistas. A força da tese de Lazzarato (2019), contudo, está menos vinculada à heurística do conceito de fascismo do que à percepção sobre a eficácia das estratégias maquinicas utilizadas por essas forças políticas, organizadas como verdadeiras máquinas de guerra: a automatização cibernética e informacional na produção de novas formas de servidão; e também os agenciamentos calculados de afetos como o ódio, a raiva, o medo, o ressentimento.

Assumir a extensão da racionalidade neoliberal a todas as esferas da vida não significa, para Fassin (2019), abandonar a categoria do populismo como chave compreensiva das ameaças fascistas sobre sistemas democráticos como o do Brasil. Isso porque a despolitização não significa, para ele, a dissolução da política, mas, justamente, a retórica de sua negação, um pretexto para o radicalismo. Daí porque, em vez de ambicionar encontrar uma definição adequada para o populismo, Fassin (2019) defende a necessidade de reconhecimento das formas populistas: de sua praxiologia, de sua gramática, de seus discursos e, sobretudo, de suas paixões. Partindo da premissa espinosista segundo a qual a política possui uma essência passional, o sociólogo francês levanta a questão sobre quais afetos

estão em jogo nas estratégias populistas da direita. E oferece o ressentimento como resposta.

Antes de chegarmos ao ressentimento como traço de certas manifestações do populismo, é preciso deixar nítido o que estamos chamando de populismo e por que consideramos essa noção profícua para a compreensão de nossa realidade política. Partamos, então, de um eixo elementar oferecido por Mudde e Kaltwasser (2017): o populismo, mais do que mera estratégia ou recurso político, é uma "ideologia tênue" que tem por elementos básicos o apelo a uma forma idealizada de "povo" e de soberania popular, a produção do antagonismo às "elites corruptas" e a autojustificação como expressão da "vontade geral". Essa fórmula elementar do populismo traz consequências reconhecíveis em nosso contexto político atual.

Em primeiro lugar, a invocação do apoio popular implica uma lógica integrativa e divisionista, na qual apela-se à unidade de um povo ao preço do acirramento das polarizações (Mudde e Kaltwasser, 2017). Essa unidade pode vir tanto da legitimidade majoritária das urnas quanto de marcadores de pertencimento identitário, como a nação ou a religião (ou ambos, como nota-se no *slogan* "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos"). Conseqüentemente, o pluralismo social dá lugar à mobilização afetivamente organizada contra adversários cuidadosamente definidos: a classe política, as elites, o comunismo, o petismo, a esquerda, os direitos humanos, a imprensa, os intelectuais, os imigrantes. Instaure-se, portanto, um conflito entre o povo "autêntico" e os inimigos da vontade popular, tão estrategicamente idealizada quanto a própria percepção de "povo".

Em segundo lugar, tanto o alegado apoio popular quanto a autojustificação como expressão da "vontade geral" apelam a uma generalização da legitimidade política que oferece riscos evidentes de erosão das instituições democráticas e de proteção a direitos fundamentais, a exemplo, no caso brasileiro, da inversão das finalidades do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, responsável pela suspensão das indenizações às vítimas da Ditadura Militar, entre outras controvérsias; e também da Fundação Palmares, cujo presidente manifesta

reiteradas formas de desprezo pelo movimento negro e pela agenda política antirracista (De Paula; Ayala, 2020).

Em terceiro lugar, enquanto "ideologia tênue", o populismo está sujeito a diferentes conjuntos de normas e valores sobre a vida social e seus dilemas (Mudde e Kaltwasser, 2017). Com isso, esse fenômeno pode levar a uma moralização exacerbada da política, inviabilizando o debate público e a possibilidade de realização de acordos e consensos. A culminância desse processo de acirramento das diferenças políticas, de exploração da irreconciliação e de polarização moral consiste na escalada do autoritarismo e da repressão. Na prática, essa moralização tem como uma de suas consequências mais visíveis a reivindicação, por parte do líder populista e de seus apoiadores mais ferrenhos, de uma autoridade moral com forte esteio religioso e conservador. E essa legitimidade fornece uma base moral não apenas para medidas políticas impopulares, como para nítidas confrontações e ameaças aos valores e instituições da democracia - em nome das "pessoas de bem", da "família", de "Deus", da "nação".

Se vamos considerar o protagonismo político dos afetos na compreensão dos fenômenos e processos políticos, devemos associar a essa práxis populista uma constelação de paixões políticas, das quais se sobressai o ressentimento como elemento-chave de uma "estrutura de sentimento", isto é, dessa malha afetiva cultural e histórica que criou as condições para o retorno da direita ao poder com ampla adesão eleitoral nos mais diferentes estratos sociais (Hoggett, Wilkinson, Beedell, 2013). As relações entre populismos de extrema direita e ressentimento têm sido objeto de grande interesse na última década, especialmente após o reacionarismo às eleições de Barack Obama, nos Estados Unidos, e de François Hollande, na França, e diante da ascensão de governos de direita na Alemanha, na Itália e no Reino Unido. No Brasil, as reações mais incisivas da direita foram contornadas durante os governos de Luis Inácio Lula da Silva, a despeito da forte oposição das mídias hegemônicas. Entretanto, nos governos de Dilma Rousseff os



ressentimentos ficaram mais evidentes e culminaram na arquitetura de um *impeachment* por ex-aliados e opositores.

O oposicionismo midiático aos governos de esquerda no Brasil é um traço histórico da atuação das mídias hegemônicas do país (Azevedo, 2009). Contudo, foi na última década que o ressentimento passou a ser explorado politicamente de modo mais significativo. Em 2011, logo após o processo eleitoral em que o PT lograva seu terceiro êxito nas urnas para a presidência da República, com a eleição de Dilma Rousseff, parte da intelectualidade brasileira já identificava fortes indícios desse sentimento na explosão de manifestações de ódio contra o ex-presidente Lula, quando da divulgação do tratamento de um tumor. Segundo Safatle (2011), os ataques, ocorridos principalmente nas redes sociais, expressavam não apenas uma reprovação ao ex-presidente brasileiro, mas um rancor com a presença da esquerda na gestão política nacional e os impactos disso para a sociedade brasileira.

Diante de tantos nexos possíveis entre populismos de direita e políticas do ressentimento, será preciso recolocar as questões: no que consiste o ressentimento como afeto político? Como essa política se entrincheira no terreno das batalhas morais e culturais? Quais elementos criaram as condições para a emergência de uma política do ressentimento no Brasil?

## 2. Tensões morais da política ressentida

Uma genealogia nietzscheana do conceito de ressentimento remete às condições históricas e psíquicas em que os homens concebem a distinção moral entre o "bem" e o "mal" (Nietzsche, 2009). Nesse sentido, o ressentimento emerge como resposta afetiva do "fraco" à opressão, à dominação pelo "forte". O homem ressentido, portanto, sofre por causa do outro que o fere. Conseqüentemente, constrói um adversário moral, vendo em si mesmo a imagem da bondade e no outro a da maldade. Essa condição seria, então, internalizada e transformada em um ressentimento passivo, em hostilidade e ódio, contra o outro e, no limite, contra si mesmo. Isso porque o ressentido sofreria de uma espécie de dificuldade de



esquecimento da violência e da opressão, e a reiteração dessa experiência não produz outra coisa senão a sensação de impotência, o rancor, o ódio, a inveja, o desejo de vingança.

Para Ansart (2004), há, n'*A genealogia da moral*, pelo menos duas formas de ressentimento: o dos fracos, dos dominados, e também o dos nobres decadentes. Esse último seria um outro ressentimento, igualmente destruidor: "o ódio recalçado dos dominantes quando se encontram em face da revolta daqueles que consideravam inferiores" (Ansart, 2004, p. 19). Ressentimento animado pelo desejo de reencontro com a autoridade perdida, com o poder denegado, motivado pelo ódio reprimido, pela vontade de vingança. Esse conjunto de rancores não cria apenas hostilidade, mas também uma espécie de solidariedade na dor e no ódio capaz de produzir coesão contra os adversários morais, tornados inimigos comuns e culpados pelo sofrimento provocado.

Quando definidas à luz desses afetos políticos, as democracias seriam, em princípio, ordens políticas aptas a lidar com a liberação desses sentimentos. Suas instituições e normas garantiriam condições mínimas de interlocução e de regulação das expressões de descontentamento, canalizando o ódio e o sentimento de impotência. Entretanto, a crise democrática como a que vivemos no Brasil da última década demonstra certa ingenuidade dessa expectativa. Assumir a premissa de que experimentamos o triunfo de um populismo ressentido de extrema direita significa, em corolário, admitir que nossa recente democracia não se consolidou a ponto de resistir aos investimentos erosivos das elites política, econômica, jurídica, militar e religiosa, e à emergência de ressentimentos.

O argumento do rancor nostálgico de uma posição ou autoridade perdida vai ao encontro de um conjunto amplo de diagnósticos que apontam tanto para o surgimento de ressentimentos a partir dos impactos socioeconômicos de experiências políticas com nítido enfoque na redução das desigualdades, quanto para a vinculação desse sentimento a um plano cultural mais abrangente, marcado por mudanças profundas na vida cultural e na moralidade (Brown, 2019; Cohen, 2019; Fassin, 2019; Hoggett, Wilkinson e Beedell, 2013; Junior, Goulart e Frias,

2021; Kehl, 2020; Lazzarato, 2019; Miguel, 2018; Miguel, Oliveira, 2020; Rocha, 2020; Rosenfeld, 2019). Esse argumento, no entanto, não ficará completo sem ser cotejado com a ideia de "guerra cultural", noção que passou a ser largamente utilizada para designar as disputas políticas travadas no campo da cultura e, ao mesmo tempo, os embates culturais ocorridos nas arenas políticas.

Criado por Hunter (2006), na década de 1980, para compreender aquele contexto sociopolítico e cultural dos Estados Unidos, o conceito de "guerra cultural" apontava para ao menos duas direções: a interligação entre questões sociais, morais e políticas aparentemente díspares e a constituição de oposicionismos políticos diferentes em esferas temáticas distintas, e não apenas a partir da clássica divisão de classes sociais.

O cerne do argumento da guerra cultural era que a cultura pública americana estava passando por um realinhamento que gerava tensões e conflitos significativos. Esses antagonismos estavam acontecendo não apenas na superfície da vida social (isto é, em sua política cultural), mas nos níveis mais profundos. Não apenas no campo da ideologia, mas em seus símbolos públicos, seus mitos, seu discurso, e por meio das estruturas institucionais que geram e sustentam a cultura pública (Hunter, 2006, p. 13, tradução nossa).

A metáfora da guerra, portanto, é mais do que recurso retórico. Além de constituir lados divergentes e agentes opostos, a guerra cultural dá margem à instituição de inimigos morais, ao surgimento de disputas públicas violentas em torno dos sentidos de bom e mal, de justiça e injustiça, de vítima e algozes, de verdade e mentira. Basicamente, a tese de Hunter (2006) joga luz sobre a cultura, as crenças e a moralidade como outros pontos de tensão e conflito sociopolítico, para além dos confrontos enraizados nos planos socioeconômicos e materiais.

Os campos e temas sobre os quais essa guerra cultural se precipita, no Brasil, são os mais diversos: educação (o questionamento da autonomia didática, a ofensiva contra o "aparelhamento" das universidades, a acusação de "marxismo cultural", a defesa do *homeschooling*), a história (o revisionismo do golpe militar, a recuperação da retórica anticomunista), sexualidade (o pânico moral em torno da

diversidade afetiva e sexual, o mito da "ideologia de gênero"), direitos da mulher (a investida religiosa ao aborto, o questionamento da lei do feminicídio, a perseguição ao feminismo), segurança (o afrouxamento do controle de armas, a legitimação da atuação violenta das polícias, a defesa aberta da tortura), saúde pública (a gestão da pandemia e o questionamento da eficácia de vacinas), meio ambiente (a demarcação de terras indígenas, a proteção socioambiental, a negação das mudanças climáticas), eleições (o questionamento do voto eletrônico, a retórica antipolítica), militância (o ataque ao "politicamente correto" e às lutas antirracista e indígena), imprensa e liberdade de expressão (a ofensiva contra mídias que oferecem algum grau de oposicionismo, a generalização da desconfiança em relação à atuação da imprensa), só para citarmos alguns.

Um importante pano de fundo desse contexto de guerra cultural consiste naquilo que Rosenfeld (2019) percebe como uma desvalorização crescente do capital cultural, articulada a uma rejeição à intelectualidade e à ciência enquanto formas legítimas de produção de saberes, bem como a uma desvalorização de instâncias sociais e históricas de assunção da verdade. Sob o prisma da guerra cultural, esse quadro aponta para um conflito em torno do que Hunter (2006) chama de sistemas de significação, que fornecem os conceitos, a gramática, os símbolos e as imagens que estruturam os termos do debate público e das disputas de sentido. Esse sistema é, ao mesmo tempo, ramificado e concentrado. Diz respeito às mais diferentes instituições de produção e circulação de sentidos, tais como a mídia, as igrejas, as redes sociais, as artes, as universidades e o próprio governo.

Para tentarmos responder às indagações já colocadas, há pelo menos dois movimentos necessários. Em primeiro lugar, inferir sobre as condições históricas e culturais de emergência e do uso político do ressentimento. Em segundo lugar, observar a expressão dessa constelação afetiva pela figura do líder político.

### 3. Alvorada das rumações rancorosas

As diferentes proposições sobre os elementos condicionantes da emergência de ressentimentos oscilam de acordo com contextos políticos tomados como referência, com as perspectivas teóricas e com os próprios campos de conhecimento. Para Miguel (2018), a reemergência da extrema direita no Brasil é, principalmente, uma reação ao "incômodo" crescente das elites políticas brasileiras com transformações sociais que ameaçavam seus privilégios históricos. Não por acaso, esse incômodo teria surgido a partir da conjunção entre ultraliberalismo, conservadorismo cristão e retórica anticomunista. Rocha (2020) acrescenta a essa equação o reacionarismo fardado às reivindicações de justiça e reparação às vítimas do golpe militar de 1964, representadas pela criação e atuação da Comissão Nacional da Verdade. Esse elemento em particular teria reforçado não apenas um ressentimento com os governos de esquerda, mas o avanço do revanchismo e revisionismo histórico sobre o golpe, além do retorno eloquente da Doutrina de Segurança Nacional como anteparo à criação de inimigos "ideológicos" internos a serem eliminados.

Para Kehl (2020[2004]), a negação do ressentimento gerado pelos crimes cometidos na ditadura militar é um traço histórico e cultural característico da sociedade brasileira. "Ao contrário do que fizeram os argentinos – devemos considerar as Mães da Praça de Maio ressentidas? –, a sociedade brasileira costuma 'deixar barato' o resgate das grandes injustiças de sua história para não manchar sua reputação de 'último povo feliz' do planeta" (Kehl, 2020, p. 187). Ao atualizar suas proposições em um posfácio escrito em 2019, a autora chama atenção para o preço alto dessa resignação, que se tornou tão recorrente em nossa história de crimes e colonizações: a disposição do ressentimento demanda um "bode expiatório" para desimplicar o sujeito de suas fraquezas e sofrimentos, fazendo com que, nas últimas duas décadas, a classe média brasileira passasse a

rejeitar não os ricos historicamente privilegiados, mas os pobres emergentes que passaram a viajar de avião.

Estaríamos testemunhando, nesse sentido, uma versão narcísica do ressentimento daqueles que perderam o privilégio de ostentar diferenças de status social. Quando elites econômicas se deparam com a redução dos parâmetros de diferenciação e hierarquização que asseguram um lugar de privilégio, instaura-se o que Cohen (2019) chama de "ansiedade de status": um ressentimento não apenas com a própria decadência social, mas, principalmente, com o desprestígio de experimentar a redução das desigualdades. Para Cohen (2019), uma dimensão decisiva do antagonismo forjado pelos populismos autoritários seria justamente a divisão da sociedade entre merecedores e não merecedores, entre aqueles que se sacrificam e os que se aproveitam de políticas clientelistas, assistencialistas e, portanto, injustas.

No Brasil, esse ressentimento afeta não apenas as elites privilegiadas, mas a própria classe média, cuja dificuldade para desenvolver autoconsciência de classe é histórica. Como aponta Fassin (2019), por aversão aos pobres indesejados, o populismo de direita se ressentido por todos aqueles que, "mesmo não merecendo", acabaram se saindo melhor ou receberam alguma "vantagem" injustificada. Isso é o que explica, para Hoggett, Wilkinson e Beedell (2013), que as próprias classes trabalhadoras cultivem e expressem a sensação de serem vítimas de injustiça em relação às pessoas que recebem "tratamento especial" dos governos e são assistidas por programas sociais. Daí a rejeição tão propagada contra programas de distribuição de renda como o Bolsa Família (Mundim, 2019), ou mesmo contra políticas de ações afirmativas, como as cotas para acesso às universidades públicas (Rennó, 2020).

Esse conjunto de proposições sobre as condições históricas e culturais de surgimento e uso político-estratégico do ressentimento se vê atravessado por um fator comum: o sujeito ressentido, vendo-se como vítima, arroga uma autoridade moral em relação ao outro, apontado como a causa de seu infortúnio. A reivindicação dessa superioridade moral fica ainda mais nítida quando

observamos tensões que ocupam o centro do teatro de operações da guerra cultural. Nesse contexto, além da evidente incompatibilidade entre demandas progressistas de igualdade diante da força política de candidatos-pastores e da mobilização de pautas conservadoras, Junior, Goulart e Frias (2021) apontam para o ressentimento dos próprios grupos evangélicos pentecostais, que até a década de 1980 eram formados por indivíduos dos estratos sociais mais subalternizados e, nas últimas décadas, passaram a ocupar espaços de representatividade política, jurídica e, certamente, moral.

É sintomático, portanto, que o presidente da República tenha declarado, em 2019, durante um culto evangélico realizado na Câmara dos Deputados de um estado constitucionalmente laico, a pretensão de indicar ao Supremo Tribunal Federal (STF), a mais alta instância judicial do país, um ministro pela qualidade de ser "terrivelmente evangélico". Além do aceno populista a uma significativa fatia do eleitorado e à própria elite política e religiosa, a mensagem desvela com nitidez um projeto de moralização da própria justiça.

Os discursos e as expressões ressentidas da extrema direita buscam conferir justificativa moral para a defesa explícita da supremacia dos "bons" sobre os "maus". Tomando como exemplo máximo a atuação política de Donald Trump e dos grupos conservadores nos Estados Unidos, Brown (2019) identifica a política do ressentimento como resultante de uma inversão dos valores judaico-cristãos responsáveis por sublimar a vontade de poder, que se vê ferida pelo destronamento da masculinidade branca. "A dessublimação associa 'liberdade e opressão', transgressão e submissão, de uma forma peculiar, como é aparente nas expressões selvagens, raivosas e mesmo ilegais de patriotismo e nacionalismo que frequentemente emergem da extrema direita nos dias atuais" (Brown, 2019, p. 168, tradução nossa). Portanto, não haveria mais auto-culpabilização na busca da autoridade perdida, nem repressão na autoafirmação violenta da justiça moral.

Para Brown (2019), o ataque violento e debochado a esquerdistas, feministas, antirracistas e outros agentes políticos progressistas são modos niilistas de ação, de recusa à ameaça crescente de destruição de hegemonias,

supremacias, soberanias. Esse ressentimento dessublimado do homem branco que se vê humilhado se torna uma política de vingança aos culpados pelo destronamento. Não é por acaso que esses grupos ressentidos são tão apegados à condição de vítimas legítimas, enquanto seus "algozes" seriam, na verdade, vitimistas politicamente corretos. O tão propalado conceito de racismo reverso (praticado por pessoas negras contra pessoas brancas) é um exemplo pródigo e caricato desse fenômeno.

Essa forma ressentida de política dá lugar, segundo Brown (2019), a agressões alimentadas pela ideia distorcida e narcísica de liberdade individual, pelo rancor da masculinidade branca acuada e pela regressão da solidariedade social, gerando raiva pelos inimigos e indiferença pelos diferentes. Diante da inversão de valores antes considerados relativamente bem estabelecidos, tais como justiça, igualdade, liberdade e democracia, e da reivindicação segura de uma autoridade moral ancorada na polarização e na mobilização de ressentimentos vingativos, contradições morais são ignoradas. Nessa guerra cultural, o que está em jogo não são, simplesmente, o bem e o mal, mas as condições de instituição moral do bem e do mal, das vítimas e dos vitimistas, dos aliados e dos inimigos.

A defesa da moralidade cristã, da família, da propriedade e da nação se torna, portanto, a justificativa axiológica suficiente para toda e qualquer ação ou discurso político. Para Brown (2019), a dessublimação da vontade de poder significa, basicamente, uma espécie de retorno do recaiado, uma forma de conversão prática da paixão ressentida em política de vingança e destruição. "Se o homem branco não puder mandar na democracia, então não haverá democracia. Se o homem branco não puder governar o planeta, então não haverá planeta" (Brown, 2019, p. 180, tradução nossa). Nesse cenário, a síntese entre as estratégias populistas de extrema direita e os ressentimentos constitui uma ameaça grave não somente à democracia enquanto sistema de governo, mas também como forma de vida associativa, experiência social colaborativa e solidária.



#### 4. Expressões do ressentimento populista de extrema direita

Investigar as dimensões afetivas de processos políticos como o fenômeno do populismo impõe um desafio, de saída: identificar o lugar das emoções, sua expressão, sua existência prática e observável. Daí porque nossa intenção é observar a práxis discursiva dessa política do ressentimento no *Twitter*, uma das principais plataformas de atuação política do presidente Jair Bolsonaro, no intuito de compreender as estratégias mobilizadas na expressão dos ressentimentos e na construção dos apelos afetivos. A escolha de uma rede social digital como lugar de observação se deu por três razões. Primeiro, porque, como Gomes (2014, p. 17) demarca, a internet, seus sites, plataformas e aplicativos para redes sociais "se tornaram arenas essenciais da discussão pública sobre temas de interesse político". E mais ainda: tornaram-se um âmbito de atuação política dos agentes públicos durante períodos eleitorais e no próprio curso de seus mandatos. Segundo, porque o *Twitter*, em particular, consolida-se como "*social media* mais prenha politicamente", tanto pela presença significativa de instituições e políticos, quanto pelas possibilidades de interação e usos da plataforma em termos de dinâmicas e atuações políticas (Aggio, 2018, p. 50).

Em terceiro lugar, é notável a utilização do *Twitter* pelo presidente Jair Bolsonaro, especialmente como estratégia de desvio da ação mediadora dos meios de comunicação tradicionais e de interação mais direta com apoiadores. Sem mencionar a propagação de notícias falsas como tática de construção de narrativas com amplo potencial de propagação (Rodrigues, Ferreira, 2020). No Brasil, a Presidência da República tem um perfil oficial na rede (@planalto). Entretanto, seguindo o modelo do ex-presidente americano Donald Trump, as principais manifestações e posicionamentos políticos do governo Bolsonaro são realizadas no perfil pessoal do presidente (@jairbolsonaro).

Como movimento analítico, realizou-se levantamento dos *tweets* de Jair Bolsonaro, publicados em seu perfil pessoal, no período de 01/01/2019, que marca o início de seu mandato, até 01/06/2021. Para o período compreendido entre março de 2020 e junho de 2021, foi utilizada a ferramenta *Nvivo* para extração automatizada de dados, que seriam filtrados posteriormente de acordo com categorias específicas. Para o período referente a janeiro de 2019 até fevereiro de 2020, que não pode ser contemplado com a utilização da ferramenta, a captação dos *tweets* foi realizada de forma manual, com a filtragem imediata das postagens.

De um universo de 1539 *tweets*, chegou-se a um total de 53 postagens (que incluem *tweets* e *retweets*) consideradas de interesse, as quais orbitavam em torno dos seguintes discursos: a retórica anticomunista, antisocialista e antiesquerdista (10 menções), críticas e ataques diretos à imprensa e a empresas jornalísticas (17 menções), posicionamentos públicos sobre a ditadura militar (02 menções), discursos e medidas contra a "ideologia de gênero" (04 menções), a defesa do armamento da população e da ação violenta de forças policiais como pré-requisitos à segurança e ao exercício da liberdade individual (05 menções), respostas às críticas à gestão do Executivo Federal no contexto da pandemia (12 menções), expressões de apelo à soberania popular (11 menções), a crítica ao aparelhamento e sequestro da educação por ideologias socialistas (07 menções), e o ataque às organizações não-governamentais e aos ambientalistas que impedem o desenvolvimento e a exploração de recursos ambientais (01 menção). Como veremos nos exemplos mencionados adiante, temáticas distintas às vezes são mencionadas em um mesmo post.

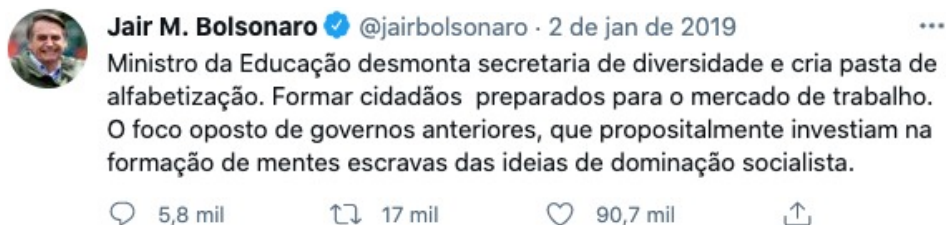
O levantamento não teve pretensão de totalidade em relação à atuação do presidente na rede social, mesmo porque a extração de dados não alcança, por exemplo, postagens eventualmente excluídas. Além disso, é importante ressaltar que a maioria das publicações busca dar visibilidade a ações políticas do Executivo Federal e da pessoa do presidente da República, o que corrobora a relevância daquelas que saem do enquadramento institucional e demonstram o

posicionamento pessoal de Jair Bolsonaro. Por essa razão, a escolha de postagens de interesse também não teve intenção de amostragem, e se deu, principalmente, considerando as pistas deixadas nas definições de populismo, ressentimento e guerra cultural, especialmente com relação à criação de antagonismos, aos apelos ao povo e à vontade geral, à reivindicação de superioridade moral ante os inimigos e às estratégias de confrontação e agressividade.

Bolsonaro pratica no *Twitter* uma nítida tática de confrontação, ancorada em posicionamentos agressivos polarizadores, que exploram antagonismos morais de forma ressentida, com frequência assumindo a postura de vítima, de agente político de mudanças ou de neutralidade ética e "ideológica". Esse ataque é transversal às temáticas caras à guerra cultural travada por seu governo e pelos apoiadores da extrema direita.

Em janeiro de 2019, primeiro mês de governo, Bolsonaro já mencionava em seu *Twitter*, como medida de governo, a "desmontagem" da secretaria de diversidade no interior do Ministério da Educação, sob o pretexto de mudar o foco da Educação para a alfabetização e formação profissional, focos opostos àqueles de governos anteriores, os quais "propositalmente investiam na formação de mentes escravas das ideias de dominação socialista" (Bolsonaro, 02 jan. 2019). Em março daquele mesmo ano, outro ataque, dessa vez não apenas aos governos de esquerda e ao fantasma do socialismo, mas às universidades: "O ambiente acadêmico com o passar do tempo vem sendo massacrado pela ideologia de esquerda que divide para conquistar e enaltece o socialismo e tripudia o capitalismo [...]" (Bolsonaro, 11 mar. 2019).

**Figura 1:** Captura de tela do *tweet* sobre queda de secretaria de diversidade



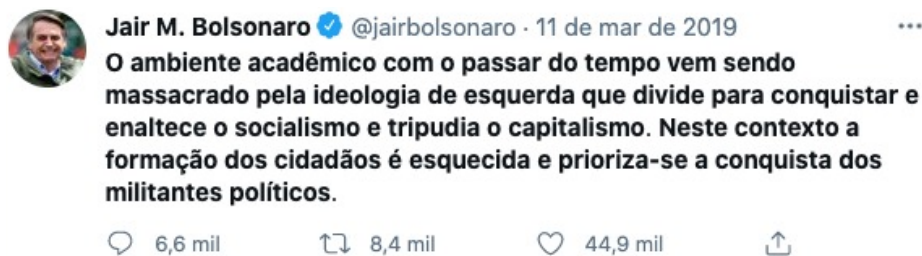
Fonte: perfil @jairbolsonaro, 02 jan. 2019.

Dossiê Guerras Culturais – <https://revistaecopos.eco.ufrj.br/>

ISSN 2175-8689 –v. 24, n. 2, 2021

DOI: 10.29146/ecopos.v24i2.27704

**Figura 2:** Captura de tela do *tweet* sobre relação do ambiente acadêmico e a esquerda



Fonte: perfil @jairbolsonaro, 11 mar. 2019.

O oposicionismo radical aos governos de esquerda e o resgate da ameaça socialista e comunista, materializada pelo PT, configuram a estrutura fundamental do antagonismo explorado por Bolsonaro – próprio de estratégias populistas, como destacam Mudde e Kaltwasser (2017). Por meio da construção de antinomias, o presidente torna manifesta e tenta justificar a desvalorização do capital cultural e sua rejeição à intelectualidade e à ciência, supostamente tomadas pelos inimigos.

Segundo a tese bolsonarista, a esquerda estaria por trás até mesmo da atuação da imprensa hegemônica brasileira, representada pelas grandes redes e conglomerados de mídia, com exceção dos grupos midiáticos de apoio ao governo. Em um *tweet* de julho de 2020, o presidente opõe o trabalho de um conjunto de profissionais de imprensa ao das mídias hegemônicas, sob o pretexto de que os profissionais mencionados, conhecidos pela adesão explícita a Bolsonaro e pelos posicionamentos conservadores, teriam "opinião própria e independência", o que "já é suficiente para serem considerados nocivos dentro de grande parte da mídia, hoje completamente dominada pelo pensamento de esquerda radical" (Bolsonaro, 11 jul. 2020).

**Figura 3:** Captura de tela do *tweet* de apoio a jornalistas de direita



Jair M. Bolsonaro @jairbolsonaro · 11 de jul de 2020

-Luís Lacombe, Leandro Narloch, Caio Coppolla e Rodrigo Constantino possuem algo em comum, que é opinião própria e independência. Isso já é suficiente para serem considerados nocivos dentro de grande parte da mídia, hoje completamente dominada pelo pensamento de esquerda radical.

8 mil

14 mil

81,3 mil



Fonte: perfil @jairbolsonaro, 11 jul. 2020.

Em sua cruzada moral contra a diversidade das identidades de gênero e práticas afetivas e sexuais, Bolsonaro protagonizou um episódio digno de nota. Em março de 2019, o presidente postou um vídeo no qual dois homens dançam sobre um ponto de táxi, em um bloco de rua no carnaval paulistano. Um deles coloca o dedo no ânus e se abaixa para outro urinar. O presidente tuitou: "Não me sinto confortável em mostrar, mas temos que expor a verdade para a população ter conhecimento e sempre tomar suas prioridades. É isto que tem virado muitos blocos de rua no carnaval brasileiro" (Bolsonaro, 05 mar. 2019). A cena foi gravada no desfile do Bloco, em São Paulo, naquela mesma semana. No dia seguinte à postagem, que teve ampla repercussão, o presidente voltou a publicar sobre o assunto, perguntando-se: "O que é *golden shower*?" (Bolsonaro, 06 mar. 2019). As postagens, posteriormente apagadas, demonstram não apenas um posicionamento moralista, mas o oportunismo da posição de liderança política nacional para expressar, publicamente, o ódio homofóbico como justificativa para o conservadorismo de medidas práticas.

**Figura 4:** Captura de tela do *Twitter* sobre exclusão de *tweet* do presidente Bolsonaro



Fonte: perfil @bbcbrasil, 2019.

**Figura 5:** Captura de tela do *tweet* do presidente Bolsonaro sobre exclusão de *post*

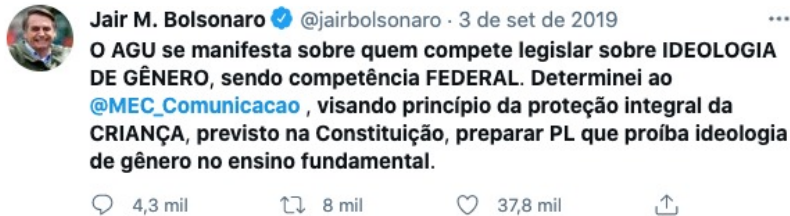


Fonte: perfil @Estadao, 2019.

Ao fazer a “denúncia”, Jair Bolsonaro apela à autoridade moral cristã, necessária diante da inversão de valores que seria preconizada pela esquerda. Conseqüentemente, essa reivindicação vem acompanhada da mobilização de ressentimentos vingativos, que culminam em medidas práticas de polarização, censura e moralização das instituições. Em setembro de 2019, uma nova postagem, dessa vez sobre a ameaça ideológica de gênero que ronda a educação infantil e que, por isso, precisa ser contida pelo governo: “[...] Determinei ao @MEC\_Comunicacao, visando princípio da proteção integral da CRIANÇA, previsto na Constituição, preparar PL que proíba ideologia de gênero no ensino fundamental” (Bolsonaro, 03 set. 2019). O anúncio do projeto de lei aparece como continuidade discursiva de uma das retóricas mais eficazes de Bolsonaro do ponto

de vista eleitoreiro: a acusação de que os governos anteriores estavam utilizando um "kit gay" como ferramenta de educação sexual de crianças e adolescentes em escolas.

**Figura 6:** Captura de tela do *tweet* sobre Ideologia de Gênero



Fonte: perfil @jairbolsonaro, 03 set. 2019.

Os posicionamentos de Bolsonaro revelam-se não apenas expressões de um conservadorismo ressentido, mas também formas de prestação de contas diante de apoiadores, na divulgação de medidas e decisões governamentais nesses campos de atuação e disputa política e cultural. Em dezembro de 2019, o presidente publicou imagem da chamada do site *estudosnacionais.com*, criado por jornalistas apoiadores do presidente e alunos de um dos consultores intelectuais do governo, o filósofo e astrólogo Olavo de Carvalho, na qual anunciava-se: "Bolsonaro veta diretriz que submetia Brasil à Agenda 2030 da ONU". Na postagem, comenta: "Dentre as 'metas' da agenda 2030, estão a nefasta ideologia de gênero e o aborto, sob o disfarce de 'direitos sexuais e reprodutivos'" (Bolsonaro, 31 dez. 2019). A Organização das Nações Unidas (ONU), com a qual Bolsonaro nutre tensas relações diplomáticas desde o início de seu governo, é transformada em mais um inimigo moral, responsável pela propagação de ideias "nefastas", contrárias às doutrinas cristãs. Não há, no plano de ação da ONU, nenhuma defesa ao aborto (e sim à saúde reprodutiva e à educação sexual), tampouco à ideologia de gênero (e sim à promoção da igualdade e defesa da diversidade).

**Figura 7:** Captura de tela do *tweet* sobre ideologia de gênero e aborto





Fonte: perfil @jairbolsonaro, 31 dez. 2019.

Outro tema particularmente sensível à extrema direita no Brasil é a defesa aberta ao golpe militar de 1964, renovada pelo desejo explícito de um novo golpe, necessário à correção ética e moral das instituições políticas do país. Poucas semanas após assumir o governo, Bolsonaro postou: "Seguindo a determinação de transparência e responsabilidade com os recursos públicos, prioridade em nosso governo, a ministra @DamaresAlves realizará auditoria dos benefícios suspeitos concedidos a 'vítimas da ditadura' nos últimos anos pela Comissão da Anistia" (Bolsonaro, 18 fev. 2019). O posicionamento do presidente se deu no contexto imediatamente posterior à manifestação pública da ex-presidenta Dilma Rousseff, que reiterou ter entrado, junto à Comissão de Anistia, com pedido de indenização pelas violências sofridas durante o tempo em que foi presa e torturada pela ditadura militar.

**Figura 8:** Captura de tela do *tweet* sobre auditoria da Comissão de Anistia



Fonte: perfil @jairbolsonaro, 18 fev. 2019.

**Figura 9:** Captura de tela do *tweet* sobre anulação que destituiu João Goulart



Fonte: perfil @jairbolsonaro, 31 mar. 2021.

Em março de 2021, Bolsonaro voltou a tratar do golpe militar em postagem sobre decisão do Congresso Nacional tomada em 2013, que anulou a sessão de abril de 1964, marcada historicamente como o momento de deposição oficial do presidente João Goulart: "Não discuto a História, mas verdadeiros democratas não apagam fotos ou fatos. Deus abençoe o Brasil e guarde nossa liberdade!" (Bolsonaro, 31 mar. 2021). Em sua defesa aberta ao golpe militar, coerente com seu alinhamento político junto às Forças Armadas e sua oposição violenta à esquerda "comunista", Bolsonaro revela-se ressentido com os gestos de reparação histórica às vítimas, ao mesmo tempo em que acena ao discurso da antipolítica, contra os falsos democratas, e à recorrente defesa da liberdade pelos militares.

### Considerações finais

As expressões públicas de ressentimento publicadas no *Twitter* por Jair Bolsonaro advêm de declarações e posicionamentos nas guerras políticas e culturais em curso, mas também estão associadas ao anúncio de medidas práticas de governo, o que concretiza ações efetivas do chefe do Poder Executivo quanto à

busca por popularidade e ao aceno a seus apoiadores políticos. De um ponto de vista retórico, as postagens são provocativas, algumas até violentas, como quando postou a logomarca da Rede Globo sob a expressão "Canalhas!" (Bolsonaro, 29 out. 2019). Trata-se de uma clara estratégia de confrontação e agonismo em relação a adversários políticos e morais. Por outro lado, as postagens também se apresentam investidas de uma roupagem de prestação de contas, de cumprimento não apenas de promessas de campanha, mas de um dever cívico com o povo brasileiro, especialmente no que diz respeito à "desrealização" de um projeto esquerdista/comunista/socialista que estaria em marcha nos governos anteriores.

O lugar de vítima é reivindicado de duas maneiras por essa retórica ressentida. De um lado, a imprensa hegemônica ocupa o lugar de perseguição política de seu governo, de sua família e de aliados, estando, obviamente, mancomunada com os inimigos da nação. De outro lado, a principal vítima tem sido o povo, prejudicado pelos falsos democratas que ocupam o Congresso e pelo governo do PT, cujo objetivo único seria implantar um regime comunista no qual a população seria escravizada cultural, intelectual, política e economicamente. Se o ressentimento aparece como justificativa moral para a adoção dessas políticas de confrontação aos inimigos e destruição de todo e qualquer legado de governos anteriores, a guerra cultural é assumida explicitamente, com a reivindicação da superioridade moral e com a designação de adversários não apenas políticos, mas inimigos da nação, da cultura e do povo cristão brasileiro.

Observar a práxis discursiva dessa política do ressentimento no *Twitter* foi o caminho escolhido para reivindicarmos a relevância dos afetos como prisma a partir do qual podemos compreender certos fenômenos políticos, em especial os populistas, e também para entendermos como o bolsonarismo lança mão de uma retórica do ressentimento, fortemente articulada a uma guerra cultural. Uma tarefa, no entanto, restou incompleta: levar a sério o papel das paixões políticas também requer que observemos a mobilização dessas paixões, e não apenas sua expressão por parte das lideranças. Constatar a presença das expressões de ressentimento deve ser apenas um passo na identificação e denúncia de uma

máquina política pródiga em agenciar o que Lazzarato (2019) chama de "uma micropolítica de afetos tristes", em alusão direta à maneira com que, de polêmica em polêmica, de ataque em ataque, é possível despertar o ódio, a frustração, a angústia e o medo.

### Referências bibliográficas

AGGIO, Camilo. Campanhas Online, Twitter e democracia: a interação entre campanhas e eleitores nas eleições presidenciais brasileiras de 2010. In: MAIA, Rousiley; PRUDÊNCIO, Kelly; VIMIEIRO, Ana Carolina (Orgs.). *Democracia em ambientes digitais: eleições, esfera pública e ativismo*. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 49-73.

AHMED, Sara. *Cultural politics of emotion*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2014.

ANSART, Pierre. Em defesa de uma ciência social das paixões políticas. *História: Questões & Debates*, v. 17, n. 33, p. 145-164, 2000.

\_\_\_\_\_. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Maria Stella; NAXARA, Márcia (Org.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2004. p. 15-36.

AVRITZER, Leonardo. *Política e antipolítica: a crise do governo Bolsonaro*. São Paulo: Todavia, 2020.

AZEVEDO, Fernando A. A imprensa brasileira e o PT: um balanço das coberturas das eleições presidenciais (1989-2006). *Revista Eco-Pós*, v. 12, n. 3, p. 48-65, set.-dez. 2009.

BROWN, Wendy. *In the ruins of neoliberalism: the rise of antidemocratic politics in the West*. New York: Columbia University Press, 2019.

COHEN, Jean L. Populism and the Politics of Resentment. *Jus Cogens*, v. 1, n. 1, p. 5-39, 2019.

DE PAULA, Leandro; AYALA, Pedro. A cultura em crise e a cultura como crise. *Revista Acadêmica em Humanidades*, v. 1, n. 1, p. 133-151, 2020.

FASSIN, Éric. *Populismo e ressentimento em tempos neoliberais*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2019.

GOMES, Wilson. *A política na timeline: crônicas de comunicação e política em redes sociais digitais*. Salvador: EDUFBA, 2014.

GRACINO, Paulo; GOULART, Mayra; FRIAS, Paula. “Os humilhados serão exaltados”: ressentimento e adesão evangélica ao bolsonarismo. *Cadernos Metrópole*, v. 23, p. 547-580, 2021.

HOGGETT, Paul; WILKINSON, Hen; BEEDELL, Pheobe. Fairness and the Politics of Resentment. *Journal of Social Policy*, v. 42, n. 3, p. 567, 2013.

HUNTER, James Davison et al. *Is there a culture war? : a dialogue on values and American public life*. Washington: Brookings Institution Press, 2006.

KEHL, Maria Rita. *Ressentimento*. São Paulo: Boitempo, 2020.

LAZZARATO, Maurizio. *Fascismo ou revolução?* São Paulo: n-1 edições, 2019.

MIGUEL, Luis F. *Consenso e conflito na democracia contemporânea*. São Paulo: Unesp, 2017.

\_\_\_\_\_. A reemergência da direita brasileira. In: SOLANO, Esther et al. (Ed.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 17-26.

MIGUEL, Luis F.; OLIVEIRA, Michel. Pânico Moral e Ódio à Diferença: a estratégia discursiva do “Escola Sem Partido”. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 6, n. 2, p. 261-278, 2020.

MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristóbal R. *Populism: A very short introduction*. New York: Oxford University Press, 2017.

MUNDIM, Pedro Santos et al. O Programa Bolsa Família e seus beneficiários na opinião pública brasileira. *Opinião Pública*, v. 25, n. 3, p. 556-576, 2019.

NIETZSCHE, Friedrich W. *Genealogia da moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

RENNÓ, L. R. The Bolsonaro Voter: Issue Positions and Vote Choice in the 2018 Brazilian Presidential Elections. *Latin American Politics and Society*, v. 62, n. 4, p. 1-23, nov. 2020.

ROCHA, João C. de C. *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. Goiânia: Caminho, 2021.

RODRIGUES, Theófilo; FERREIRA, Daniel. Estratégias digitais dos populismos de esquerda e de direita: Brasil e Espanha em perspectiva comparada. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 59, n. 2, p. 1070-1086, 2020.

ROSENFELD, Sophia. *Democracy and truth: A short history*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2018.

SAFATLE, Vladimir. Manifestações contra Lula são de ‘direita ressentida’, diz Vladimir Safatle. João Peres, *Rede Brasil Atual*, São Paulo, nov. 2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2011/11/vladimir-safatle-manifestacoes-contralula-sao-de-direita-ressentida/>. Acesso em: 08 jun. 2021.